

Estudantes acusam «manif» é «mascarada» comunista

Representantes da recentemente constituída Federação das Associações de Estudantes do distrito de Lisboa denunciaram a marcha de Carnaval marcada para amanhã por várias associações estudantis «coortadas com o PC». Consideram que ela constitui uma manifestação «mascarada».

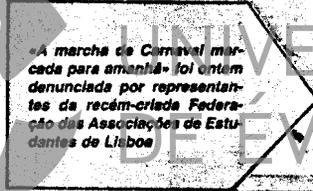
A Federação, que engloba já quarenta das cinquenta e cinco associações de estudantes existentes na capital, assume-se como o «partido dos estudantes» e refuta qualquer contação com os partidos políticos.

«Não queremos transformar-nos em meras estruturas partidárias que criem a desestabilização e o caos, como aconteceu em França e em Espanha», salientaram, ontem, em conferência de imprensa, vários dirigentes associativos. Os problemas dos estudantes portugueses são, segundo eles, «mais graves e profundos» do que os

que preocupam os estudantes espanhóis e franceses.

Audiência com o ministro da Educação

Para estes problemas, os estudantes encontraram já soluções: Chegaram mesmo a elaborar um caderno com propostas «concretas». Em primeiro lugar, reivindicam que se mantenha a forma de acesso ao Ensino Superior que vigorava no ano passado. Pretendem também que o decreto que prevê a reprovação de todo o ano lectivo no caso do «chumbo» na disciplina de Português (que, aliás, já foi alterado, cabendo agora essa responsabilidade aos «conselhos de turma») seja pura e simplesmente revogado. Isto pelo menos enquanto a actual situação não for alterada, pois, só na região de Lisboa, existem cerca de 70 turmas



«A marcha de Carnaval marcada para amanhã» foi ontem denunciada por representantes da recém-criada Federação das Associações de Estudantes de Lisboa

sem professores de Português.

«Queremos resolver estes problemas, mas pela via do diálogo», realçaram. Dai terem requerido uma audiência com o ministro da Educação, para o princípio da próxima semana, para apresentar as suas propostas e soluções «imediatas». João de Deus Pinheiro tem-se mostrado «aberto», mas ainda são «necessárias muitas noites de insónia» para que análise melhor estes problemas.

Os estudantes pretendem, acima de tudo, conseguir o «au-

porte jurídico» para as suas associações, que permanecem ilegais. Este permitir-lhes-á, entre outras coisas, ir buscar verbas à Ocupação do Tempo dos Jovens (OTJ), de forma a poder concretizar os seus projectos. «Não se pode admitir que o projecto de legalização das associações de estudantes ande de gabinete em gabinete», disseram. A Assembleia da República já aprovou na generalidade este projecto, mas a comissão encarregada ainda não chegou a acordo.

O leque de críticas estendeu-se ainda à extinção do ensino técnico-profissional, «logo após o 25 de Abril», e à recém-aprovada Lei de Bases do Sistema Educativo que, segundo eles, «juntou o que havia de pior no ensino do antigo regime com o que existe de mais condenável no actual sistema de ensino».

A Federação das Associações de Estudantes do Distrito de Lisboa foi criada devido «à situação geral do ensino secundário» e existe já a nível prático,

embora ainda permaneçam por definir os seus estatutos.

O I Encontro Nacional sobre Planeamento Educativo começou ontem, no Forum Ploas, em Lisboa.

Esta reunião, que termina amanhã, insere-se no conjunto de encontros que a Comissão de Reforma do Sistema Educativo vai promover, durante este ano, em vários pontos do País.

Para Março está já previsto um encontro sobre formação de professores, a realizar em Coimbra. □

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflicto estudantes

